



16

Novo Banco

## Febase tenta evitar despedimento coletivo



4

Saúde do sistema financeiro  
necessita de cuidados urgentes





**18** SBSI – Bancários do Sul e Ilhas

**22** SBN – Bancários do Norte

**26** STAS – Actividade Seguradora

**28** SISEP – Profissionais de Seguros

**30** SBC – Bancários do Centro

## Ficha Técnica

### Propriedade:

Federação do Setor Financeiro  
NIF 508618029

Correio eletrónico: revista.febase@gmail.com

### Diretor:

Delmiro Carreira – SBSI

### Diretores Adjuntos:

Aníbal Ribeiro – SBC  
Carlos Marques – STAS  
Horácio Oliveira – SBSI  
Teixeira Guimarães – SBN  
Tomaz Braz – SISEP

### Conselho Editorial:

Firmino Marques – SBN  
Jorge Cordeiro – SISEP  
Patrícia Caixinha – STAS  
Rui Santos Alves – SBSI  
Sequeira Mendes – SBC

### Editor:

Elsa Andrade

### Redação e Produção:

Rua de S. José, 131  
1169-046 Lisboa  
Tels.: 213 216 090/062  
Fax: 213 216 180

### Revisão:

António Costa

### Grafismo:

Ricardo Nogueira

### Execução Gráfica:

Xis e Erre, Lda.  
xer@netcabo.pt  
Rua José Afonso, 1 – 2.º Dto.  
2810-237 Laranjeiro

**Tiragem:** 61.420 exemplares (sendo  
5.420 enviados por correio eletrónico)

**Periodicidade:** Mensal  
**Depósito legal:** 307762/10  
**Registado na ERC:** 125 852



## DOSSIÊ | Banca, 40.000 milhões de imparidades depois

Sistema financeiro português:  
vivo, mas a precisar de cuidados **4**  
União bancária suscita muitas dúvidas **7**

## SINDICAL | Banca

Oitante poderá subscrever ACT **10**  
Novo Banco: Febase tudo fará para evitar  
despedimento coletivo **11**

## CONTRATAÇÃO | Seguros

ACT salvaguarda direitos e regalias **12**  
Benefícios conquistados **13**

## QUESTÕES | Jurídicas

O processo de inquérito **14**

## TEMPOS LIVRES | Nacional

Futsal Veteranos: Team Foot revalida título  
em final emocionante **15**  
FotoFebase 2015: Sagrado & Profano vence concurso **16**



Carlos Marques

Cabe-nos perguntar, depois do que temos vivido desde o escândalo do Lehman Brothers em 2008, onde param as autoridades de supervisão comportamental e prudencial e as empresas de auditoria que irresponsável e até criminosamente omitiram o estado de coisas a que se chegou

## Breves Notas

### I

Temos um novo Governo, um Orçamento com mais atenção aos mais desfavorecidos, a promessa de políticas mais amigáveis para os cidadãos, nova maioria político-partidária, em suma, motivos para exigirmos que as práticas do anterior governo que extorquiram aos trabalhadores os seus legítimos direitos possam agora ser totalmente revertidas.

Admito que não se possa fazer tudo de uma vez, mas o poder político tem de ser muito claro e cumpridor no que concerne ao calendário da devolução de direitos, e é de devolução de direitos que estamos simplesmente a tratar – e nada mais do que isso.

### II

Para aqueles que, como eu, defendem que o primado da cidadania deve sobrepor-se a tudo o resto, foram momentos muito interessantes aqueles que se viveram antes e imediatamente a seguir à tomada de posse do novo Governo. Foi, goste-se ou não da solução, e eu nada tenho contra, um momento em que a política dominou os debates e os muitos e vastos comentadores económicos que por aí proliferam acabaram por se resumir à sua tacanhez de espírito, ou como disse recentemente José Pacheco Pereira, são todos de um pensamento único, desvalorizando outras questões essenciais para a vida.

### III

A crise do setor bancário continua, entre portas, mas agora com ameaças a um nível global ainda mais preocupantes.

A nível interno são conhecidos os custos já apurados, mas desconhecendo-se ainda o que poderá vir a ser acrescentado, nos casos BPN, BPP, BES e agora o Banif. À boleia da crise sistémica, contribuímos para o BPN, para o BES e agora o Banif, de uma forma despuorada e injusta. A arrogância e o despudor dos “donos disto tudo” devia ser inconciliável, numa sociedade que se pretende mais justa e inclusiva, com a prosápia e postura com que, escudados em escritórios de advogados pagos certamente a peso de ouro, ainda irão fazer-nos crer que a culpa foi nossa e não deles, que os crimes eventual ou efetivamente cometidos foram-no por nós e não por eles.

A nível externo assistimos com grande preocupação à situação do Deutsche Bank e igualmente ao comportamento do Bank of America, bem como ao atual estado de coisas na empresa de serviços financeiros Morgan Stanley.

Bom seria que não tivéssemos de pagar mais nenhuma fatura.

Cabe-nos perguntar, depois do que temos vivido desde o escândalo do Lehman Brothers em 2008, onde param as autoridades de supervisão comportamental e prudencial e as empresas de auditoria que irresponsável e até criminosamente omitiram o estado de coisas a que se chegou.



# Sistema financeiro português: vivo, mas a precisar de cuidados

Se na primeira fase da crise internacional a banca denotou resiliência, na segunda quase se afundou no tumulto da dívida soberana e na consequente e profunda recessão económica. Agora é tempo de recuperar – a confiança, a independência face ao exterior, o capital, o emprego. E tudo face às novas regras da (des)união bancária

Textos | Pedro Gabriel

Organizada pelo Instituto de Direito Económico Financeiro e Fiscal (IDEFF), a conferência “Sistema Financeiro Português: 40.000 milhões de imparidades depois” teve lugar no final de janeiro, no auditório da Faculdade de Direito de Lisboa.

Faria de Oliveira, Francisco Louçã, Álvaro Nascimento e António Carlos Santos fizeram a radiografia da economia nacional e debateram o futuro da banca assente na perspetiva de uma união bancária, ajudando a perceber se o sistema financeiro português ainda se encontra vivo.

## RECUPERAR A CONFIANÇA

O presidente da Associação Portuguesa de Bancos (APB) começou por afirmar que a reputação da banca nacional se encontra em baixo, muito devido a “casos lamentáveis” como os do BPN e BES. Para Faria de Oliveira, a recuperação do setor passa essencialmente por duas vias: reconhecimento dos erros cometidos e implementação de ações – iniciativas que visem garantir a confiança dos clientes – assentes nos valores da integridade, idoneidade, responsabilidade e rigor –, bem como em governos societários exigentes.

“A atividade bancária funda-se na confiança. E o facto de gerir dinheiro dos clientes obriga à máxima responsabilidade. Mas a confiança não depende só do desempenho



dos bancos, está intimamente ligada à estabilidade política e macroeconómica e à percepção dos mercados e dos clientes. Por isso, o poder político e as autoridades têm um papel chave na estabilidade do sistema financeiro”, afirmou.

## RECESSÃO AFETOU

Na opinião de Faria de Oliveira, não foram as dificuldades da banca, mesmo com os casos BPN e BPP, que conduziram o País à necessidade de resgate mas sim a situação das finanças públicas. “O nosso setor bancário, depois de demonstrar grande resiliência e um dos melhores desempenhos a nível da banca europeia no período da crise internacional 2008-2010, foi afetado pela crise da dívida soberana e pela consequente, inevitável e profunda recessão económica”.

Para o presidente da APB, o setor bancário foi vítima da crise da dívida soberana, tendo de proceder a medidas de reparação, reestruturação e fortalecimento. “Mas está vivo, ativo e necessita de condições menos desfavoráveis e muito mais realistas e coerentes para regressar a patamares de rentabilidade satisfatórios”, explicou.

## ORIGEM DA CRISE

Para António Carlos Santos, a crise dos últimos anos começou na banca. “Se é certo que a banca teve problemas por causa da dívida soberana é verdade que a dívida soberana nasce por causa de uma crise bancária. Está ligada ao subprime mas também à existência de uma série de produtos que se verificou serem tóxicos, ao crédito malparado, à contabilidade criativa, a fraudes várias”, explicou.

Para o jurista, a prática da União Europeia foi a salvação da banca a todo o custo, mas de uma forma tardia e gastando menos em relação ao que se fez nos EUA. “Tudo em nome do risco sistémico, do ‘too big to fail’ que às vezes se transformava no ‘too big to jail’. Esta salvação foi feita sem exigência de compromissos”.

## RISCOS MANTÊM-SE

Na opinião de António Carlos Santos, o elevado montante transferido pela Europa para o resgate de bancos levou a que Comissão Europeia, BCE e Estados-membros fizessem



O primeiro painel contou com Faria de Oliveira, Francisco Louçã, Eduardo Paz Ferreira, Álvaro Nascimento e António Carlos Santos

## DESAFIOS DE CURTO E MÉDIO PRAZO

Faria de Oliveira elencou os vários desafios que os bancos enfrentam no atual contexto de grande incerteza nos ambientes político, geopolítico, económico e financeiro:

- Recuperação da rentabilidade, designadamente para permitir reforçar o capital próprio e fortalecer as instituições;
- Adaptação ao novo quadro de regulação da União Bancária, no qual a responsabilidade da supervisão prudencial e da resolução transitaram para as autoridades europeias;
- Ajustamento dos modelos operativos e de negócio dos bancos que derivam da necessidade de se inserir um novo paradigma de funcionamento da banca, de completar os processos de desalavancagem, de reparação dos balanços e da busca da rentabilidade;
- Interação entre novas tecnologias digitais e comportamentos dos clientes;
- Entrada em cena de outros atores financeiros, com relevo para o shadow banking, e de novos operadores;
- Recuperação da reputação e aprofundamento do corporate governance bancário;
- Acompanhamento intenso dos processos relacionados com a resolução do BES e do Banif, fundamental para o setor minimizar as contribuições dos bancos para o fundo de resolução.

passar a ideia de que não deixariam os bancos falir. A consequência atual é uma permanência de grande parte dos riscos:

- os bancos que sobreviveram à crise, se já eram ‘demasiado grandes para falir’, estão ainda maiores;
- surgem indícios de um sistema financeiro cheio de ativos tóxicos em países como a China;
- nenhum país avançou muito na regulação dos “derivados”, mantendo-se práticas especulativas no setor financeiro;
- a banca sombra (fundos soberanos, hedge-funds, offshores), continua a desempenhar um papel financeiro importante, com riscos acrescidos para o sistema;
- mantêm-se práticas de sonegação fiscal;
- continua o espectro da deflação, que dificulta qualquer retoma.

A terminar, o jurista explicou que a criação da união bancária traz alguns problemas: “Deixa de fora Londres, que representa 40% das operações; deixa de fora bancos médios e pequenos; e o fundo de resolução será alimentado durante oito anos até atingir a irrisória verba de 55 mil milhões e pressupõe um mercado único bancário que não existe”.

## REDUZIR DEPENDÊNCIA EXTERNA

Para Francisco Louçã, o problema estrutural do sistema financeiro português está relacionado com a sua sustentabilidade e o seu modo de financiamento. “Não é aceitável um sistema financeiro que, para as suas necessidades de liquidez, dependa do exterior em permanência. As necessidades estruturais de financiamento de um sistema bancário em liquidez que dependem de sobrevivência do exterior significa que o sistema bancário não funciona, não é confiável”, explica. ►

► Para o economista, quanto maior for essa dependência, maiores são os recursos necessários à produção, sendo um problema decisivo da economia portuguesa. “Portugal não poderá reorganizar a sua estrutura financeira se não reorganizar a sua dívida, se não conseguir reduzir o peso na balança de rendimentos, se não reduzir a dependência externa e se não reduzir a sua necessidade permanente de financiamento do sistema bancário no exterior”.

## SOLUÇÕES

Francisco Louçã apresentou alguns pontos sobre uma proposta de reestruturação da dívida feita em conjunto com os economistas Ricardo Cabral e Pedro Nuno Santos e a investigadora Eugénia Pires. Nessa proposta, é apresentada uma redução da dívida externa bruta das administrações e do Setor Empresarial do Estado de 86% para 39%, com taxas de juro de 1%, um prazo de carência maior e um adiamento do pagamento da totalidade da dívida das administrações públicas a partir de 2039.

Segundo o economista, esta medida, além de indispensável, teria efeitos sobre a banca. “O sistema bancário é detentor de uma parte razoavelmente pequena à escala da dívida pública total, mas uma parte suficientemente importante



O sistema financeiro português em análise

nos balanços dos bancos para que uma alteração de valor presente dessa dívida por efeito da renegociação signifique uma grande alteração desses balanços”.



Manuela Morgado, Eduardo Paz Ferreira e Nuno Cunha Rodrigues centraram-se na união bancária

Francisco Louçã defendeu ainda uma resolução sistémica na banca, que teria um duplo efeito: reduzir os balanços dos bancos para os tornar mais robustos e, em segundo lugar, protegê-los de impactos externos e permitir que se tornasse um negócio sustentável.

“A consequência geral de reduzir desta forma o peso da dívida na balança de rendimentos é anular o problema do défice ou, dito de outra forma, de libertar recursos para o investimento como não tem existido em Portugal. De todas as formas que se têm encontrado para a economia portuguesa, o período de austeridade ou agora o período de ligeiro aumento da procura para combater a austeridade, nenhuma responde ao problema do investimento”, concluiu.

## INTERMEDIAÇÃO E NEGOCIAÇÃO

Na sua intervenção, Álvaro Nascimento apontou dois géneros de operação nos bancos: um balanço de intermediação, ou seja, crédito transformado em depósitos ou vice-versa, e um balanço de negociação, que significa que existe um processo de financiamento do setor bancário que pode ou não ser aplicado diretamente em ativos financeiros e titularizados.

“O que está visível é que o setor bancário português tem visto um corte no seu balanço de negociação e tem-se remetido a funções tradicionais de banca comercial. O quadro regulatório europeu está a forçar a atividade bancária portuguesa a regressar às suas origens”, disse o chairman da CGD, acrescentando:

“A função central dos bancos passa pelo crédito à economia muito mais condicionado pelos capitais próprios do que pela questão da reserva de liquidez. A restrição vinculativa no setor bancário é a restrição de capital. A restrição de liquidez só é vinculativa em momentos normalmente de crise.”

## LIQUIDEZ NÃO É PROBLEMA

Para o chairman da CGD, o sistema bancário não tem um problema de liquidez mas sim um problema de solvabilidade, se o objetivo for ser capaz de aumentar a carteira de crédito. “O acesso a liquidez neste momento não é um problema do setor bancário português porque o BCE continua com uma política fortemente expansionista de disponibilidade de recursos para os bancos. (...) Se eu quiser aumentar a carteira de crédito só o conseguirei fazer se conseguir investir em bons riscos ou se diminuir o risco médio da carteira de ativos”, concluiu. ►

## BANCARIZAÇÃO E FINANCEIRIZAÇÃO

O jurista António Carlos Santos explicou que há vários anos existem dois tipos de processos:

- A bancarização, onde não são apenas as entidades bancárias a levar a cabo muitas das operações que anteriormente eram efetuadas por bancos mas também os múltiplos intermediários financeiros;

- A financeirização, que traduz a crescente influência dos mercados financeiros desde a crise de 70. “A partir daqui o ritmo de crescimento do sistema financeiro é muito superior ao do setor produtivo. Este processo está ligado a fenómenos como a privatização dos bancos, à abolição dos controlos sobre as operações financeiras, à desregulamentação, à desfragmentação dos mercados. No plano jurídico, isto é sustentado na Europa pela plena liberdade de circulação de capitais e pelo Tratado Orçamental”.

Banca, 40.000 milhões de imparidades depois



Os novos mecanismos de supervisão e resolução estão longe de serem consensuais. Se a união bancária resolve os problemas é, por enquanto, uma pergunta sem resposta

## União bancária suscita muitas dúvidas

A união bancária esteve em discussão no painel “A união bancária resolve?”, que encerrou a conferência “Sistema Financeiro Português: 40.000 milhões de imparidades depois”. Com moderação de Eduardo Paz Ferreira, entrevistaram Manuela Morgado, Nuno Cunha Rodrigues e Carlos Lobo.

Manuela Morgado foi a primeira a intervir, afirmando que o rigor e a confiança que outrora definiam o sistema bancário foram substituídos pela ‘criatividade’. “Em vez da confiança, o que temos é manipulação por raters, por consultores, por uma série de aproveitadores, por comissões de auditoria que auditam bancos pré-falidos que são pagos ▶



► para fazerem esse trabalho pelo empregador. Mas isso não é da banca, é do sistema”.

Para a economista, determinadas questões estão ainda por resolver e não podem ser esquecidas, como o caso dos offshores. “Muita coisa já foi feita, muitos acordos bilaterais, muita troca de informação sobre os rendimentos e montantes dos capitais mas os capitais de empresas importantes continuam na Holanda ou na Irlanda. É uma chaga que envergonha a própria União”, afirmou.

## ECONOMIAS REAIS

Manuela Morgado deixou várias críticas aos líderes europeus, principais responsáveis pelo relançamento das economias. “Não se vê que tenhamos líderes europeus que percebessem que a convergência das economias reais acabaria por ser de grande utilidade para o relançamento do próprio crescimento. Eles têm obrigação de convencer os seus eleitorados das vantagens que podem ter”.

Em relação ao sistema financeiro, a economista discorda que a construção e o imobiliário tenham tido um impacto diferente em Portugal do que no resto da Europa. “É errada a ideia de que tenham tido um papel mais marcante na alavancagem do que noutros países da UE. São muito parecidas as distribuições por setores e o crédito à construção e imobiliário não está assim tão distante do que está na eurozona”.

Para Manuela Morgado, a transição para uma união bancária é um projeto pesado. “O que me parece é que quanto aos métodos de avaliação do risco de crédito não haverá grandes progressos e que continuará a haver discricionariedade para os métodos de rating”, disse, apontando, no entanto, alguns aspetos positivos como a preocupação com os rácios de liquidez.

## PORTUGAL COMO COBAIA

Nuno Cunha Rodrigues duvida que o conselho único de resolução seja suficientemente ágil para permitir a efetiva



resolução de grandes bancos a nível europeu. Por outro lado, o advogado acredita haver uma divisão de competências entre o conselho único de resolução e os bancos centrais nacionais, “que traz associada alguma esquizofrenia entre quem decide – o conselho único de resolução – e quem paga – os depositantes e obrigacionistas e, em última análise, os contribuintes nacionais”.

Para Nuno Cunha Rodrigues, Portugal está a servir de país de teste da União Europeia. “Tudo depende da forma como o mecanismo único de resolução vier a ser utilizado no futuro. Se a troika é hoje entendida como um balão de ensaio ou uma experiência da UE face à crise europeia, é também verdade que o mecanismo único de resolução tem vindo a ser testado em Portugal, nomeadamente no caso Banif, para eventualmente ser utilizado noutros Estados-membros através da imposição de um fenómeno de concentração bancária transeuropeia em que no final apenas os grandes bancos sobreviverão”.

## (DES)UNIÃO BANCÁRIA

A terminar, Nuno Cunha Rodrigues apontou várias incongruências no formato da união bancária. “Na Europa procurou-se erguer uma união bancária na qual os grandes bancos são supervisionados pelo BCE e os restantes são deixados à supervisão dos bancos centrais nacionais, tudo numa zona que partilha a mesma moeda. Fará isto sentido? Não estaremos de novo a ser colocados perante uma união europeia a duas velocidades, a dos grandes bancos por um lado e a dos pequenos e médios pelo outro e ainda a dos bancos da zona euro e a dos bancos que não são da zona euro?”, interrogou.

## COSTA CONTRA COSTA

O primeiro-ministro atacou a administração do banco central devido à postura assumida na procura de uma solução para os lesados do BES. “Tenho de lamentar a forma como a administração do Banco de Portugal tem vindo a arrastar uma decisão sobre estas matérias”, declarou.

António Costa afirmou ainda que espera “uma atitude responsável por parte do Banco de Portugal, que é o que tem faltado”.

Por seu turno, o governador Carlos Costa considerou que as declarações do primeiro-ministro “não têm [consequência] nenhuma”, aproveitando para esclarecer que não serão os contribuintes a pagar o prejuízo do Novo Banco mas sim os outros bancos do sistema.





“Se partilhámos a mesma moeda e a política monetária nos foi expropriada, por que razão devemos ter um mecanismo único de resolução para grandes bancos, outro para pequenos e médios bancos afetos a bancos centrais nacionais regidos por entidades distintas, BCE e bancos centrais nacionais?”, questionou ainda.

## MUDANÇAS DE MERCADO

Por sua vez, Carlos Lobo afirmou que anteriormente existia um elemento estrutural de mercado estático mas que nos dias que correm o mercado alterou-se radicalmente por uma questão de desintermediação e digitalização. “Toda a gente continua a tratar o sistema bancário e as instituições bancárias como se fossem instituições pesadas da década de 90, bancos tradicionais, com presença física, assentes num modelo típico de angariação de clientes, quando hoje falamos de situações radicalmente distintas. A inovação traz desafios para o setor e aumenta o nível de concorrência”.

O vice-reitor da Universidade de Lisboa acredita que o modelo atual coloca em causa o conceito de intermediação financeira, que é a função do banco. “O modelo de desintermediação e de prestação direta de serviços é antitético com o modelo concetual do banco enquanto intermediário financeiro”.

## BARREIRAS DERRUBADAS

O que significa então este novo paradigma a nível internacional? Carlos Lobo é da opinião que as barreiras às economias de escala e às concentrações deixaram de existir porque, na prática, este modelo de aplicação de economias de escala potenciadas com externalidades de rede leva a que seja mais eficiente a prestadora que tiver o maior volume de prestações.

“Os custos fixos da prestação são cada vez mais reduzidos, há ganhos efetivos em escala. As barreiras da confiança também desapareceram porque ficámos desconfiados. Aquela relação de confiança pura que tínhamos, resultando numa confiança cega e secular, caiu e por vezes olhamos já para os bancos estrangeiros com maior confiança do que para os nossos”.

## NOVAS FUNÇÕES

Para o vice-reitor da Universidade de Lisboa, os bancos vão continuar a existir, não como intermediários mas como agregadores de prestadores de serviço. “A união bancária é crucial para dar o elemento de confiança e de garantia, porque o elemento de base que distingue o banco é a garantia dos depósitos. E a partir do momento em que estabelecemos um mecanismo de garantia de depósitos quase concorrencial entre bancos estamos a potenciar o movimento de concentração porque, havendo um movimento de desintermediação, sendo uma questão meramente digital, vou escolher a instituição que me dá melhores condições de garantia ao nível dos depósitos”.

Carlos Lobo vaticinou que a união bancária servirá para um movimento de oligopolização do mercado, muito significativo ao nível dos players e da captura dos depósitos.

Além disso, acredita num movimento de descontinuidade a nível de sucursais e dependências físicas. “A qualidade da supervisão será o elemento decisivo na definição da concorrência e da estabilidade do próprio sistema”, concluiu. ■

## QUESTÕES POR RESPONDER

A criação da união bancária não resolve a deficiência estrutural que se verifica no sistema financeiro, considera o advogado Nuno Cunha Rodrigues. E deixou três observações:

- 1) a união bancária não encontra, relativamente a um dos seus pilares, fundamento jurídico no texto dos tratados. “Se é verdade que a harmonização da supervisão prudencial, primeiro pilar, encontra base jurídica adequada, o problema coloca-se relativamente à escolha da base jurídica para o mecanismo único de resolução. É que a criação deste mecanismo, ao contrário da supervisão, não se encontra expressamente referido nos tratados”;
- 2) a união bancária carece de legitimidade democrática. “A união bancária reforçou os poderes do BCE ficando por definir a que tipo de escrutínio democrático é que esta instituição está submetida. Trata-se, no fundo, de dar resposta a uma velha questão latina: ‘quem vigia os vigilantes’. É certo que, dos atos do BCE, se admite recurso para o Tribunal de Justiça da UE, mas a verdade é que a nível europeu não conhecemos comissões de inquérito que permitam escrutinar a atuação do BCE”;
- 3) a união bancária nunca estará completa sem uma verdadeira união económica e monetária, que ainda está por concretizar. “Em 2012, o então presidente do Conselho Europeu Herman van Rompuy escreveu um relatório onde expunha a visão de uma união económica e monetária estável e próspera, assente em quatro elementos constitutivos:
  - a) um quadro financeiro destinado a minimizar os custos para os cidadãos europeus decorrentes de falências de bancos;
  - b) um quadro orçamental que previsse medidas comensuráveis conducentes à emissão comum de títulos de dívida e que incluísse diferentes formas de solidariedade orçamental;
  - c) a implementação de políticas nacionais e europeias promotoras de crescimento sustentável, de emprego e de competitividade;
  - d) a legitimidade e responsabilização democráticas necessárias ao processo decisório no âmbito da união económica e monetária.

Se é possível dizer perante isto que a união bancária procura dar resposta ao primeiro elemento constitutivo da nova união económica e monetária criando um quadro financeiro que procura de alguma forma minimizar os custos para os cidadãos europeus, a verdade é que estão por concretizar os três outros elementos constitutivos.



# Oitante poderá subscrever ACT

A empresa-veículo para onde foram transferidos os trabalhadores do ex-Banif não integrados no Santander está a analisar a proposta da Febase de assinar a convenção coletiva do setor bancário. A informação foi dada pela administração numa reunião com a Federação

Texto | Inês F. Neto

A pedido do Secretariado da Febase, realizou-se no dia 29 de fevereiro, ao final da tarde, uma reunião entre os representantes da Federação do Setor Financeiro e a administração da Oitante, para analisar a situação dos trabalhadores que, por força da venda do Banif, foram transferidos para esta empresa.

No encontro, os Sindicatos da Febase pugnaram para que a empresa se substitua ao ex-Banif na subscrição do ACT em negociação. Em resposta, a administração adiantou que essa é também a sua opinião, mas está pendente do parecer da Comissão de Resolução.

Do mesmo modo, os Sindicatos defenderam com veemência a necessidade de salvaguardar os postos de trabalho, tendo recebido a garantia do empenhamento da Oitante nesse objetivo. No entanto, a administração não pôde dar informações precisas sobre o período em que a empresa continuará em laboração.

## RESCISÕES

Face à situação da Oitante e à incerteza quanto ao seu futuro, a administração comunicou que vai avançar com um processo de rescisões por mútuo acordo, nos moldes já anteriormente aplicados – indo assim ao encontro da posição dos Sindicatos da Febase.

Já quanto à proposta de recurso a reformas antecipadas, a Oitante explicou ser uma medida de muito difícil aplicação, dada a baixa idade média dos trabalhadores.

A transferência dos trabalhadores do balcão central para a Oitante foi igualmente abordada, tendo a empresa elucidado que a situação se deve ao facto de o Santander considerar não dever aceitá-los nos seus quadros de efetivos porque é claramente assumido na Resolução do ex-Banif que esta área não faz parte do negócio a transferir – posição com a qual os Sindicatos discordam.

Para discutir esta e outras matérias, os Sindicatos da Febase solicitaram já uma reunião à administração do Santander Totta, aguardando o seu agendamento.

## CRÉDITOS PESSOAIS

Por fim, questionada sobre a manutenção dos créditos aos trabalhadores, nomeadamente o crédito à habitação, a administração informou que a questão está ainda em discussão com o Banco Santander Totta.

Os trabalhadores da Oitante podem contar com o apoio dos Sindicatos da Febase e dos respetivos serviços jurídicos para tudo o que necessitem. ▶



Novo Banco reduz postos de trabalho

# Febase tudo fará para evitar despedimento coletivo

Desde o anúncio da diminuição de efetivos pelo banco, a Federação tem-se desdobrado em contactos ao mais alto nível para que o processo siga a via das rescisões de contrato, o que possibilitará melhores condições aos trabalhadores

Texto | Inês F. Neto

Depois da reunião com a administração do Novo Banco no dia 25 de fevereiro, os Sindicatos da Febase não têm poupado esforços para evitar que a redução de postos de trabalho então anunciada seja concretizada com recurso ao despedimento coletivo.

Essa reunião, que decorreu no dia seguinte à divulgação dos resultados do exercício 2015, teve por objetivo obter esclarecimentos sobre o processo de reestruturação, iniciado o ano passado.

E perante aos resultados do banco, confirmou-se o cenário menos favorável, ou seja, a reestruturação vai prosseguir, prevendo-se a redução total de cerca de mil postos de trabalho – sendo que uma parte significativa deste objetivo já foi alcançado.

Assim, o banco vai continuar o processo pretendendo recorrer aos mecanismos já em curso – reformas antecipadas e rescisões por mútuo acordo – ou a outro instrumento legal, inclusive o despedimento coletivo.

Logo no encontro de 25 de fevereiro, os Sindicatos da Febase fizeram propostas no sentido de minimizar os efeitos negativos para os trabalhadores, tendo a administração assumido o compromisso de que os Sindicatos acompanharão o processo, independentemente das formas que o banco utilize.

Como sempre fizeram em reestruturações noutras instituições, os Sindicatos da Febase vão tentar salvaguardar o maior número possível de postos de trabalho no Novo Banco e defender os seus trabalhadores.

## CONTACTOS COM GOVERNO

Desde então, a Febase e a UGT reuniram-se já diversas vezes com a administração liderada por Stock da Cunha e também com elementos do Governo, dando sugestões e apresentando soluções alternativas, procurando desta forma evitar o despedimento coletivo e tentar que o processo tenha por base o recurso a rescisões por mútuo acordo (RMA), cujas condições são mais favoráveis aos trabalhadores.



Uma das dificuldades que se coloca às rescisões é a quota legal a que uma empresa pode recorrer. Ultrapassado esse número, os restantes trabalhadores que deixem o emprego através deste mecanismo não têm direito ao subsídio de desemprego.

Nos contactos com o Governo, foi solicitado a Vieira da Silva que alargue a quota de rescisões do Novo Banco, o que a lei permite se se tratar de uma empresa em reestruturação – como é o caso. Os Sindicatos estão confiantes numa resposta afirmativa do ministro.

Como sempre, os Sindicatos e os respetivos Serviços Jurídicos estão à disposição dos trabalhadores para qualquer esclarecimento de que necessitem. ▀

# ACT salvaguarda direitos e regalias



Texto | José Luís Pais

**Os Sindicatos da Febase tiveram a coragem de negociar. Foi realizado um trabalho meritório, que os trabalhadores irão reconhecer**

É conhecido todo o contexto que levou os Sindicatos da atividade seguradora da Febase a negociar um Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), em substituição do CCT de 2012.

O futuro próximo se encarregará de afastar algumas sombras e dúvidas que, eventualmente, ainda possam pairar no espírito de trabalhadores menos sensíveis à mudança e adaptações que a realidade, complexa, impõe e sugere.

Diga-se, em abono da verdade, que, das reuniões de esclarecimento realizadas com os trabalhadores, estes compreenderam numa forma geral esta alteração.

É oportuno, aqui e agora, fazer uma espécie de retrospectiva sobre o passado recente relativamente à (falta de) postura dum sindicato, agarrado que está ainda ao CCT de 2008, postura veiculada sobretudo nos seus comunicados, em que omitem e mentem sobre a verdade dos factos, sobretudo àqueles que ainda os seguem, porque os Sindicatos da Febase tiveram a coragem de negociar, num período em que seria impensável não fazê-lo, em virtude da mudança operada quanto aos negociadores habituais.

E toda a gente minimamente íntegra e coerente sabe que não se podia passar por aquela situação sem negociar.

Infelizmente, ou talvez não, os factos estão a dar razão a quem negociou. Foi realizado um trabalho meritório e os trabalhadores irão reconhecer genericamente isso mesmo.

O sindicalismo livre e responsável faz-se com seriedade e coerência. Agiu-se, desde o início, norteados por esses princípios básicos.

É pena que outros, desde o final de 2011 não tenham tomado a mesma atitude, no momento adequado, pois todos teriam muito a ganhar, evitando-se agora as mentiras despidoras e as confusões que são propaladas e lançadas no seio dos trabalhadores, tentando até dividi-los ao afirmarem que o “moribundo” CCT/2008 perdurará *ad eternum*, o mesmo é dizer infinitamente, porque quem podia solicitar a sua caducidade, a APS, já não pode fazê-lo.

Na verdade, a demagogia desse sindicato estará para terminar. Não tem a coragem de assumir a sua teimosia, qual buraco sem fundo, antes pelo contrário tentam tapar o sol com uma peneira, escrevendo as alevisias que iludem alguns trabalhadores. Durante este ano, esgotar-se-ão os seus devaneios.

Os sindicatos da atividade seguradora da Febase, STAS e SISEP, salvaguardam os direitos e regalias dos trabalhadores que representam. Disso ninguém tenha dúvidas.

O sindicalismo não se apregoa, pratica-se! ▀





## BENEFÍCIOS CONQUISTADOS

Para que não restem dúvidas, veja-se os benefícios conseguidos pelos Sindicatos da Febase após a entrada em vigor do CCT de 2012:

- a) 55% do ordenado base mensal auferido a 31 de dezembro de 2011;
- b) no prémio de permanência, o trabalhador com 50 ou mais anos de idade pode acordar com a empresa a substituição dos dias de licença anual com retribuição pelo pagamento de um prémio pecuniário correspondente ao número de dias;
- c) o trabalhador beneficiará de um Plano Individual de Reforma-PIR, constituído por contribuições anuais do empregador. Recorde-se que o trabalhador admitido depois de 22 de junho de 1995 não tinha direito ao complemento de reforma existente anteriormente para os mais antigos;
- d) para o trabalhador admitido depois daquela data, a contribuição do empregador foi de 1% aplicado sobre o ordenado base anual;
- e) novos grupos profissionais, categorias, funções e bandas salariais.

### EM 2013:

- a) atribuído o prémio de permanência (50% do ordenado efetivo mensal) aos trabalhadores admitidos nos anos terminados em 3 ou 8;
- b) segunda contribuição para o PIR do trabalhador admitido depois de 22/6/95. A contribuição do empregador foi de 2,25% sobre o ordenado base anual.

### EM 2014:

- a) atribuído o prémio de permanência (50% do ordenado efetivo mensal) aos trabalhadores admitidos nos anos terminados em 4 ou 9;

- b) terceira contribuição anual para o PIR do trabalhador admitido depois de 22/6/95. A contribuição do empregador foi de 2,50% sobre o ordenado base anual.

### EM 2015:

- a) subsídio de refeição passou de 9,00€/dia para 9,75€;
- b) o trabalhador com filhos a cargo, em idade escolar obrigatória, teve direito a uma comparticipação nas despesas escolares;
- c) atribuído o prémio de permanência (50% do ordenado efetivo mensal) aos trabalhadores admitidos nos anos terminados em 5 ou 0;
- d) contribuição anual para o PIR do trabalhador admitido depois de 22/6/95. A uma contribuição do empregador de 2,75% sobre o ordenado base anual, houve uma contribuição extraordinária de 1,25%;
- e) o trabalhador admitido até 22 de junho de 1995, que estava abrangido pelo anterior complemento de reforma, e que foi convertido para o seu atual PIR, teve a contribuição anual igual à alínea anterior.

### ACT

Com a entrada em vigor do atual ACT, foi atualizada, com efeitos a janeiro, a tabela salarial em 1%, tendo já ficado aprovado mais 1% para o ano seguinte. E ainda:

- a) prémio de permanência (50% do ordenado efetivo mensal) aos trabalhadores admitidos nos anos terminados em 6 ou 1;
- b) contribuição anual do empregador de 3,25% para todos os trabalhadores;
- c) comparticipações atualizadas para o apoio escolar (40,00€/70,00€/110,00€), conforme o ciclo do ensino básico e secundário;
- d) subsídio de refeição em 2017, igual a 10,00€.



prévio. Esta questão é de importância fulcral: as entidades patronais, inquiridoras num âmbito de um processo disciplinar, têm vindo a incrementar a prática de investigação prévia, através de inquérito prévio, chamando os trabalhadores e inquirindo-os.

Nessa perspetiva, o trabalhador deve ser informado, desde logo, da possibilidade de estar acompanhado de advogado em toda e qualquer diligência probatória, nomeadamente nessa inquirição.

Admitir o contrário, ou seja, permitir que um processo que pode dar azo a um procedimento disciplinar e à aplicação de uma sanção possa passar ao lado da imposição da garantia de defesa aos processos de natureza acusatória, seria passar por cima da Constituição e do Estado de Direito.

Sucedem, porém, que esta estrutura Constitucional do Direito do Trabalho não tem sido respeitada e, assim, devem ser os trabalhadores a impor, desde logo, essa participação, invocando a inconstitucionalidade do processo que não respeite estas garantias primárias do Direito do Processo Laboral.

## II

O que tem vindo a ser escrito não é isento de valoração: o processo disciplinar laboral, como tantas vezes se reafirma, é um processo de parte é essa a sua natureza.

# O processo de inquérito

**O trabalhador sujeito de um procedimento disciplinar tem direito a ser assistido por advogado em todas as fases, nomeadamente no processo prévio**

Textos | José Pereira da Costa\*

## I

Nos últimos trabalhos que temos vindo a apresentar temos insistido na tónica do papel do advogado no processo disciplinar laboral e no processo de inquérito.

Como o tema continua na ordem do dia, não podemos deixar de revisitar a questão base: pode o trabalhador abdicar de participar, através de advogado, na discussão da matéria em causa numa questão procedimental? No caso de prestar declarações sem a presença de advogado, são as mesmas válidas em sede de aferição da prova?

Temos defendido, com rigor metodológico, que ao processo disciplinar laboral se aplica, em toda a sua plenitude, o regime de garantias dos processos de natureza acusatória plasmado na Constituição. Um desses direitos é a garantia do "Direito de Defesa".

Esse conceito, porém, merece ser densificado e trabalhado, no sentido de se apurar qual a sua dimensão jurídica.

A nosso ver e colocada a questão na órbita da Constituição, o trabalhador sujeito de um procedimento disciplinar tem direito a ser assistido por advogado em todas as fases do processo, nomeadamente no processo

Relembramos o que nos diz Alcides Martins quanto à natureza do inquérito prévio: "Na prática, o processo de inquérito acaba por ser essencial para estribar a nota de culpa. Sem ele, será muito facilmente posta em causa a acusação da nota de culpa, pois o arguido, além de alegar, pode apresentar testemunhas. Ainda que a lei e a jurisprudência firmada sustentem que o inquérito possa não ser necessário, a verdade é que ele se torna essencial em todos os casos em que haja intenção de despedimento. Admite-se apenas que em certas situações possa ser simplificado... o processo de inquérito ainda não está disciplinado na lei laboral." (Alcides Martins, Direito do Processo Laboral, Almedina, 2014 pp 259).

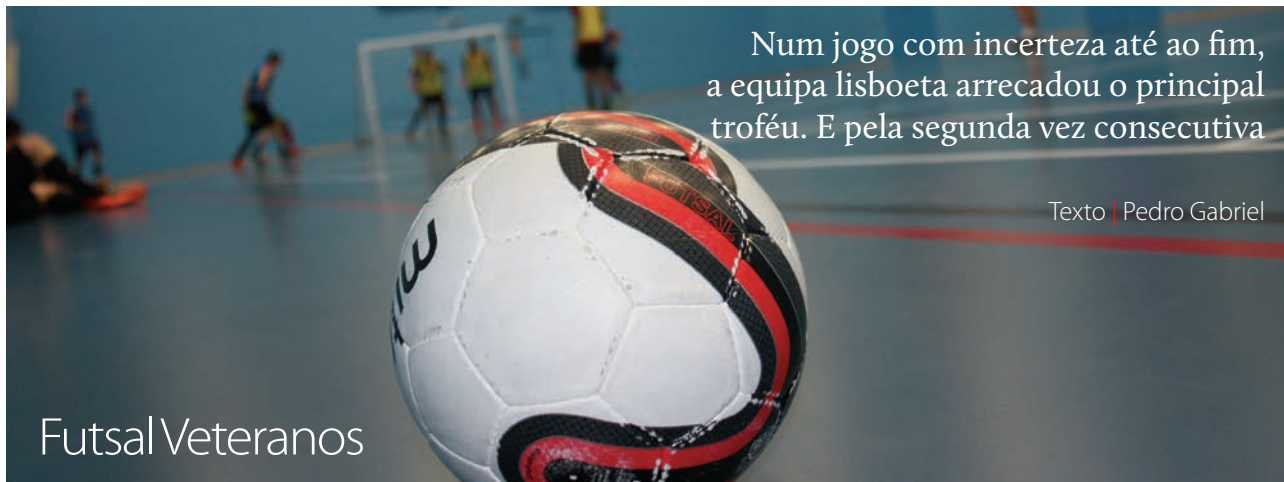
Neste segmento, ainda que seja um processo de parte, o processo de inquérito não pode, assim, ser separado do processo disciplinar, autonomizando-se. É, na verdade e pese a ausência de disciplina legal, já verdadeira fase de processo disciplinar, que beneficia de todas as suas garantias.

Como aqui assumimos no último artigo, esta realidade está na ordem do dia e o trabalhador não pode, confrontado com a situação de facto, abdicar nem ceder: confrontado pela entidade patronal com a necessidade de esclarecer factos, deve de imediato procurar apoio jurídico. Até por causa da natureza das coisas: sendo um processo de parte, a prova é analisada pela entidade patronal e é esta que decide.

Assim, quanto mais efetiva for a participação do trabalhador nesta fase do procedimento, mais pode beneficiar da análise das provas que carrear para o processo, seja na fase disciplinar, seja na fase contenciosa – caso seja necessário recorrer aos meios jurisdicionais.

\*Advogado do SBSI





Futsal Veteranos

Num jogo com incerteza até ao fim, a equipa lisboeta arrecadou o principal troféu. E pela segunda vez consecutiva

Texto | Pedro Gabriel

## Team Foot revalida título em final emocionante

A final-four nacional do 14.º Torneio Interbancário de Futsal Veteranos decorreu de 26 a 28 de fevereiro, na Guarda, contando com as participações da Team Foot Activobank e Fapoc Vet (SBSI), dos Educadores do Xuto (SBC) e do GDBBPI (SBN).

Os jogos tiveram início na manhã de sábado, no Pavilhão Municipal de S. Miguel, obedecendo ao sorteio realizado no dia anterior.

Assim, a primeira partida opôs os Educadores do Xuto à Fapoc Vet, triunfando a equipa do Centro por 4-1. Destaque para o hat-trick de Joaquim Alexandre a juntar ao golo de Paulo Alves ainda no primeiro tempo. Paulo Gonçalves fez o tento solitário da Fapoc Vet.

Na segunda meia-final, a Team Foot Activobank despachou a corajosa equipa do GDBBPI. Dois golos em cada parte, com Bruno Santos e Rogério Gomes a fazerem o gosto ao pé na primeira e João Rebocho e Bruno Correia na etapa complementar.

Na primeira parte, Bruno Santos bisou em poucos segundos, colocando a Team Foot com uma vantagem confortável. A correr atrás do prejuízo, a equipa do Centro teve de arriscar e a estratégia acabou por dar frutos à passagem do minuto 18, quando Paulo Alves reduziu no marcador. Até ao intervalo, o resultado não se alterou, o que abria expectativas para uma etapa complementar de nervos.

### NERVOS ATÉ AO FINAL

A segunda parte deu razão à velha máxima “o jogo só acaba quando o árbitro apita”. Logo aos 4’, Rogério Gomes voltou a colocar uma diferença de dois golos no marcador, embora a festa dos homens da Team Foot tenha durado pouco, já que Joaquim Alexandre voltou a reduzir, dois minutos depois.

O jogo estava vivo e numa das oportunidades de golo a bola acabou mesmo por entrar. Rogério Gomes bisava colocando o score em 4-2 favorável aos da capital. Eram decorridos oito minutos do segundo tempo.

Esta foi uma partida onde os Educadores do Xuto passaram quase todo o tempo em risco elevado, subindo as linhas na tentativa do golo. No entanto, à passagem do minuto 19, Nuno Ramos fazia o 4-3, abrindo as hostilidades para um minuto final frenético.

Apesar do esforço de ambas as equipas, o resultado não mais sofreria alterações. O apito final do árbitro culminou com a felicidade dos jogadores da Team Foot e com a desilusão na equipa dos Educadores do Xuto.

O fair-play evidenciado ao longo de todo o torneio teve expoente máximo no almoço e na cerimónia de entrega dos troféus. ▶



### EQUILÍBRIO

Já no domingo realizaram-se os derradeiros jogos. Antes da partida decisiva, Fapoc Vet e GDBBPI discutiram o terceiro lugar. Um tento solitário de Paulo Lima, em cima do intervalo, acabou por entregar o “bronze” à Fapoc Vet.

A emoção acabou por abrir ainda mais o apetite para o que se seguiria. A Team Foot Activobank ambicionava o segundo título consecutivo, enquanto os Educadores do Xuto queriam voltar a festejar duas edições depois.

### QUADRO

#### Melhor marcador:

Joaquim Alexandre (Educadores do Xuto/SBC) – 4 golos

#### Guarda-redes menos batido:

Pedro Mendes (Team Foot Activobank/SBSI) – 3 golos

Taça Disciplina: GDBBPI/SBN



FotoFebase 2015

# Sagrado & Profano **vence concurso**

O número de participantes não para de aumentar e na edição de 2015 foram premiadas fotografias de concorrentes oriundos dos três sindicatos bancários

Textos | Pedro Gabriel\*

A cerimónia de entrega de prémios do concurso FotoFebase decorreu de forma descentralizada, uma vez que os concorrentes premiados são oriundos dos três sindicatos bancários.

O primeiro prémio foi atribuído a José Guimarães, pela fotografia Sagrado & Profano.

Já o concorrente do SBC, José Pinto, conseguiu o quarto lugar com a fotografia Sombras. Pelo meio, foram premiados dois sócios do SBSI, Carlos Santos e Rui Gonçalves, autores das obras Sombras Ciclistas e Árvore com raízes no céu, respetivamente.

De referir que os quatro classificados receberam vouchers para usar em material fotográfico no valor de 700€, 500€, 250€ e 150€, respetivamente. A todos os concorrentes foi atribuído um certificado de participação.

## COIMBRA: PARTICIPANTE HABITUAL

A primeira cerimónia da entrega de prémios realizou-se no dia 18 de fevereiro em Coimbra, nas instalações da antiga sede do SBC. José Costa Pinto foi o distinguido, pelo seu honroso quarto lugar.

O galardoador, fotógrafo amador e participante habitual do concurso FotoFebase, tirou a sua fotografia premiada, Sombras, nas piscinas naturais de Pampilhosa da Serra.

Além de Carlos Marques, secretário-geral da Febase, que deu uma breve nota do que é este concurso, estiveram presentes, António Fonseca e Patrícia Caixinha (que procedeu à entrega do certificado do prémio) e Aníbal Ribeiro, anfitrião, que fez as honras da casa e deu os parabéns a José Pinto pelo seu êxito.

## SBSI: OLHAR DE CIMA PARA BAIXO...

Os dois sócios do SBSI vencedores receberam os seus prémios numa cerimónia que teve lugar no dia 24 de fevereiro, no museu do Sindicato.

Carlos Santos foi um deles. Bancário reformado do Santander Totta, conquistou o segundo prémio com a foto-



Carlos Santos junto a Sombras Ciclistas



grafia Sombras Ciclistas e explicou-nos o enquadramento. “Foi tirada no Padrão dos Descobrimentos, no alto, em picado, e numa altura em que havia sol. Foi uma questão de inclinar-me e tirá-la de cima”.

Pela sua segunda vez a participar no concurso, Carlos Santos conseguiu ainda duas menções honrosas, com Ação e Destinos. “A primeira é tirada na praia de Carcavelos com aqueles jogos que fazem lá. Tive a sorte de apanhar a bola quando estava em movimento. A segunda é na estação do Saldanha, num momento em que ia uma senhora a passar. Achei curioso o contraste da roupa com o resto do ambiente e tentei centrar para apanhar os dois destinos”, explica Carlos Santos, cuja preferência vai para a fotografia de rua e arte urbana.

### ... E DE BAIXO PARA CIMA

Ao contrário de Carlos Santos, Rui Gonçalves preferiu tirar a fotografia Árvore com raízes no céu de baixo para cima, o que lhe valeu o terceiro prémio. “Fui à Baixa e ao sair do carro vi a arquitetura típica lisboeta e olhei para cima. Vi uma composição interessante, supostamente um jardim em cima, e achei interessante as árvores estarem lá em cima e eu estar cá em baixo. Foi centrar a máquina e clicar”.

No entanto, esta não é a primeira vez que o bancário do Millennium bcp vence um prémio. Na edição anterior, conquistou o primeiro lugar com um contrapicado do Arco da Rua Augusta. “Tento visualizar as coisas de uma forma tridimensional, o que significa olhar para todos os lados. Perdemos por não olharmos algumas vezes para cima e foi o que aconteceu aqui. Brinquei um bocado com as linhas”, explicou.

Para a edição deste ano, Rui Gonçalves já contribuiu com duas imagens. “É um hobby, não concorro pelos prémios, é algo que vem por acréscimo e que só motiva mais. Congratulo-me por estar presente nos eventos anuais e tudo farei para contribuir com a minha modesta participação para o concurso”, referiu.



Rui Gonçalves foi o terceiro classificado



José Guimarães recebe o prémio

zerem melhores fotografias que os profissionais, porque estes dedicam-se à fotografia que dá dinheiro e vocês dedicam-se à fotografia por prazer”.

António Fonseca reforçou que o objetivo é crescer cada vez mais e motivar as pessoas. “Em fevereiro atingimos um recorde de fotos, com quase 200 para avaliar, e lançámos um novo desafio chamado Banca e Seguros. Não é um tema fácil mas serve também para ajudar a puxar pela imaginação”.

### SBN: DEPOIS DO PRÉMIO, A EXPOSIÇÃO

A última cerimónia do FotoFebase 2015 correspondeu à entrega do 1.º prémio e decorreu nas instalações do SBN, no dia 5 de março.

José Guimarães, autor da obra premiada, Sagrado & Profano, mereceu os maiores encómios por parte dos muitos presentes, alguns dos quais frequentaram também, na altura, um workshop realizado pelo Sindicato no mesmo local.

Ao autor foi ainda entregue uma menção honrosa pela sua obra Olho de Rapina.

Na oportunidade, em que se registou um agradável convívio entre todos os circunstantes, José Guimarães foi convidado pelo Pelouro Recreativo, Cultural e de Eventos para, nas instalações do Núcleo de Fotografia do SBN, fazer uma exposição com base no vasto espólio de que é já detentor, em data a agendar oportunamente. O repto foi francamente bem recebido, tendo o autor manifestado a intenção de continuar a recolher imagens para aumentar a sua coleção.

Esta iniciativa, de resto, enquadra-se em muitas outras realizações que o Pelouro desenvolve durante o ano, designadamente aquelas que são protagonizadas pelo Núcleo de Fotografia e que se consubstanciam numa mostra com doze temas diferentes – um em cada mês –, evento este que tem já vindo a ser concretizado de há diversas temporadas a esta parte. ■

\*Com Sequeira Mendes e Francisco José Oliveira



José Pinto na cerimónia em Coimbra

### RECORDE BATIDO

Por parte da organização, António Fonseca revelou que o concurso acusou a receção de cerca de 1200 fotos, tendo sido selecionadas 120, ou seja, 12 por mês. “O nível está a subir bastante de ano para ano. A verdade é que grande parte de vocês já não é amadora e já não brinca propriamente à fotografia. Alguém me dizia que hoje em dia havia amadores a fa-





# CONCURSO FOTO FEBASE

Fotos apuradas no mês de fevereiro



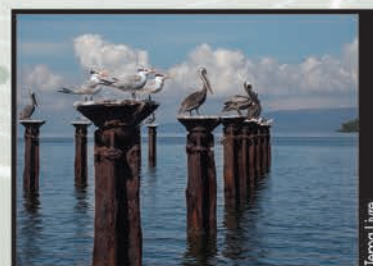
"Tarde Chuvosa"  
Cristina Mestre

Tema Livre



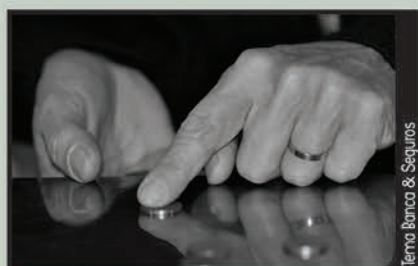
"Iron"  
João Carvalho

Tema Livre



"Pelicanus resort"  
Paula Forreta

Tema Livre



"Tostões e milhões"  
Cristina Mestre

Tema Banca & Seguros



"Espendor de uma fé"  
Jorge Araújo

Tema Livre



"0 123456 789013"  
Rui Gonçalves

Tema Livre



"Clap your wings"  
Paulo Santos

Tema Livre



"Arco desconstruído"  
Domingos Silva

Tema Livre



"Há barco no cais"  
Domingos Silva

Tema Livre



"Falsa calmaria"  
José Pinto

Tema Livre



"Misticismos"  
Rui Gonçalves

Tema Livre



"Borboleta"  
José Pinheiro

Tema Livre



[www.fotofebasel6.blogspot.com](http://www.fotofebasel6.blogspot.com)

FEBASE





## Golfe

Santo Estevão  
elege novos líderes

**A segunda prova do campeonato interbancário de golfe provocou mudanças na frente da classificação geral em ambas as categorias**

As condições climáticas no dia 27 de fevereiro ameaçavam estragar mais uma ronda no 13.º Torneio da Ordem de Mérito, mas cedo se verificou que as ameaças não passariam disso mesmo. No entanto, foi suficiente para apenas 12 jogadores terem marcado presença.

Na categoria Stableford Net, Luís Valença (Millennium bcp) terminou na primeira posição, com 33 pontos, seguido de Pedro Gonçalves (Millennium bcp), com 31. Fernando Veiga da Costa (BdP) e José Mendes (Ilha Terceira), ambos com 29 pon-

tos, alcançaram a terceira e quarta posições, respetivamente. Jaime Rolão (Montado) foi quinto, com 28.

Já na vertente Stableford Gross, a vitória sorriu a José Mendes, com um total de 21 pontos, seguindo-se João Sá (BdP), com 16 pontos, e Luís Valença, com 15. Pedro Gonçalves, com 13 pontos, e Fernando Veiga da Costa, com 12, terminaram no quarto e quinto lugares, respetivamente.

Estes resultados provocaram alterações na liderança das duas vertentes. Luís Valença é agora o novo líder em Net, com 31 pontos, enquanto Pedro Gonçalves é segundo, com 30 pontos, e Fernando Veiga da Costa é terceiro, com 27.

Em Gross, José Mendes lidera com 37 pontos, os mesmos que João Sá, que é segundo. Fernando Machado (BdP) segue no terceiro posto, com 26 pontos.

A próxima prova realiza-se a 7 de maio, no campo Ribagolfe I. ▶

## King

## Sem mudanças na liderança



**Com mais uma jornada realizada, Caetano Moço mantém-se no primeiro lugar da tabela**

A sede do SBSI acolheu a 4.ª jornada do 10.º Campeonato Interbancário de King no dia 20 de fevereiro. Vinte foi também o número de participantes nesta ronda.

Caetano Moço (Unicre) continua a ser o comandante da classificação somando

agora 2200 pontos king e 59,5 convertidos. Nesta ronda, alcançou 400 pontos, convertidos em 14.

Pinto Pedro (AAEBNU) segue em segundo, com 1350 pontos king e 54,5 convertidos, depois dos 375/16 conseguidos nesta jornada. A completar o pódio, surge Américo Pereira (Millennium bcp), com 1460 pontos king e 52,5 convertidos, dos quais 475/13 alcançados na jornada 4.

Quarto posto da geral para David Mina (Millennium bcp), com 810 pontos king e 51,5 convertidos. Mina teve -330 pontos king e 10 convertidos nesta jornada, enquanto António Ramos (Millennium bcp), teve 60 pontos king e 10 convertidos. Na geral é quinto, com 1295 pontos king, convertidos em 50,5.

A quinta jornada realizou-se no dia 12, pelo que daremos conta dos resultados em futuras publicações. ▶

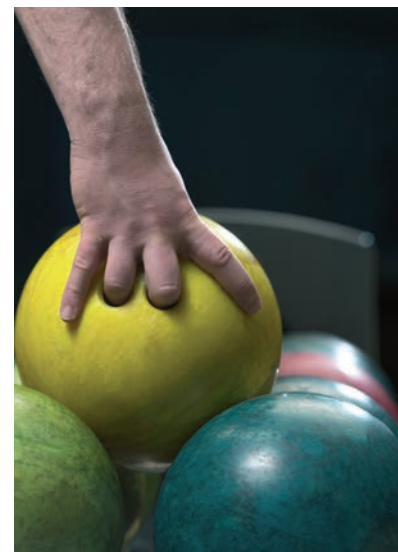
## Bowling

AMÁVEL LOURENÇO  
MANTÉM PRIMEIRO LUGAR

**A pontuação obtida pelo concorrente na segunda ronda permitiu-lhe continuar a liderar, de forma isolada, a classificação**

O 9.º Campeonato Interbancário de Bowling teve a sua 2.ª jornada no dia 27 de fevereiro, na Beloura.

Com 697 pontos obtidos (180-218-156-143), Amável Lourenço (que na última edição foi incorretamente identificado como representante da Unicre) mantém a liderança da classificação geral, agora com um acumu-



lado de 1463 pontos. Segue-se-lhe Jorge Teixeira (BPI), com 1384 pontos, 645 conseguidos nesta prova (150-145-172-178).

Na terceira posição surge Olinda Bettencourt (Unicre), com 1361 pontos, 614 alcançados nesta segunda ronda (156-144-134-180), enquanto Pedro Proença (Banif) é quarto, com 1348 pontos, dos quais 663 pertencem a esta jornada (167-120-210-166).

Eduardo Ribeiro (Unicre), com 1334 pontos, é quinto classificado, tendo conquistado 693 pontos nesta ronda (232-174-152-135).

A próxima jornada realiza-se a 2 de abril, igualmente na Beloura. ▶



O Grupo de Ação de Mulheres assinalou o 8 de março em Mafra, com uma visita guiada ao célebre Palácio. Uma data duas vezes especial, já que a Comissão do SBSI celebra também este ano três décadas de trabalho em prol da igualdade de género

Textos | Inês F. Neto

## Dia Internacional da Mulher GRAM com dupla comemoração

Mafra foi o local eleito este ano para a tradicional comemoração do Dia Internacional da Mulher, que como sempre aliou o convívio à cultura e à reflexão sindical.

As cerca de duas centenas de associados do SBSI que participaram na iniciativa tiveram oportunidade de apreciar pormenorizadamente a beleza do Palácio Nacional de Mafra. Divididos por vários grupos e acompanhados por guias, os sócios visitaram os aposentos de rei e os da rainha, a galeria (o maior corredor dos palácios europeus, com 232 metros) e as muitas salas com as tapeçarias, mobiliário e quadros que restaram depois de a família real ter partido para o Brasil, em 1807, levando consigo muito do seu recheio.

A biblioteca, com 36 mil volumes, alguns muito raros; os famosos carrilhões do Convento, que com os seus 90 sinos são dos maiores do mundo; e a exposição de aves de rapina nos claustros foram igualmente percorridos e admirados pelos associados.



Seguiu-se o almoço e o convívio numa unidade hoteleira da Praia Grande (Ericeira), bem em cima do mar.

O encontro contou com a presença de membros dos Corpos Gerentes do SBSI,

que entregaram aos associados contemplados os prémios sorteados.

### PASSADO E PRESENTE

Entre o repasto e a música para um pezinho de dança, teve lugar o habitual período de reflexão sindical, durante o qual Cristina Trony, coordenadora do GRAM, evocou o Dia da Mulher e os 30 anos de vida do Grupo de Ação de Mulheres do Sindicato.

“Foi em 1986 que o GRAM apareceu como comissão estatutária do SBSI, embora o seu trabalho tenha começado muito antes, aquando dos atropelos que uma IC impôs à sociedade portuguesa, ao contratar apenas homens para os seus quadros. As mulheres ficariam relegadas somente às funções de secretária e telefonista”, recordou Cristina Trony, acrescentando:

“Face a este atentado à dignidade, um grupo de mulheres sindicalistas, em conjunto com a Direção do SBSI, lutou, de-





nunciou e trouxe para a praça pública este atropelo, envolvendo neste escândalo todas as Instituições, incluindo a CEE (atual UE). Vencemos a luta, obrigando o banco a recuar na sua política de recursos humanos.”

“Este foi o primeiro grande desafio que se colocou à igualdade de género no setor bancário português”, frisou a coordenadora do GRAM, enumerando alguns dos que se seguiram, como a penalização laboral das mulheres pela maternidade, nomeadamente na distribuição de lucros, na progressão de carreira, na ascensão a lugares de decisão (“os chamados tetos de vidro, que ainda hoje não foram estilhaçados”).

Prosseguindo, focou a sua intervenção nos problemas atuais: a crise, o desemprego, as rescisões por mútuo acordo, o trabalho fora de horas e não remunerado, a precariedade laboral. “Situações que afetam maioritariamente as mulheres, dificultando o equilíbrio entre vida profissional e familiar”, frisou.

“Não é fácil trabalhar no setor bancário neste momento, marcado pela incerteza sobre o que o futuro nos reserva. Qualquer solução que se vislumbre no horizonte será complexa, tanto para trabalhadores(as) como para o Sindicato. Exigirá o empenho de todos, se quisermos defender os nossos direitos”, concluiu a coordenadora do GRAM.

## O CAMINHO CERTO

Por sua vez, Rui Riso centrou-se nas adversidades atuais no setor e no seu reflexo no SBSI, chamando a atenção para a obra “que é o Sindicato e o seu SAMS. É uma obra de todos nós, não apenas dos diretores do Sindicato”, frisou, acrescentando:

“Nós trabalhamos para vocês, tendo em conta a defesa dos trabalhadores e, no que respeita à saúde, a sua qualidade, e com certeza todos se reconhecem na obra que temos levado a cabo”.

Olhando além do trabalho feito, o presidente do SBSI e do SAMS, deixou um

recado: “Não se esqueçam de trazer a geração que vem atrás de vós, porque esta obra tem de ter continuidade.”

E como o futuro implica, naturalmente, ceder o lugar aos mais novos, Rui Riso desejou que “todos contribuam para a reconstrução, manutenção, revitalização e preservação a tudo isto que é o Sindicato”.

Se é verdade que o SBSI “depende de vós, depende também das pessoas mais novas – que andam de costas voltadas para o Sindicato – para defender e manter este trabalho”.

Referindo-se ao Dia da Mulher, Rui Riso lembrou a relevância da batalha das sufragistas. “Com a sua luta conquistaram o direito ao voto das mulheres, que hoje são, efetivamente, cidadãs de pleno direito”.

Terminando com uma palavra ao GRAM, o presidente do SBSI revelou a sua convicção de que “um dia esta Comissão de defesa das mulheres transformar-se-á na Comissão da igualdade de género. Este será o caminho certo”. ■





# Assembleia-Geral debate Sindicato

**As estruturas do SBN fizeram uma profunda reflexão sobre o futuro do movimento sindical bancário e da classe. E concluíram: só poderá haver um sindicato forte se for representativo em número e se tiver uma estratégia movida por interesses comuns e partilhados por todos – a razão de ser de um sindicato nacional**

Textos | Francisco José Oliveira

**E**m conformidade com o artigo 38.º dos Estatutos, o Sindicato dos Bancários do Norte realizou no dia 30 de janeiro o Congresso correspondente ao mandato de 2013/2017.

De acordo com o artigo 36.º, sendo sua competência dinamizar, analisar e debater temas de interesse geral para a classe, a MAGCGC, ouvida a COC, decidiu que o tema fosse “Assembleia Geral: Sindicato e SAMS único”.

A seguir se pretende fazer uma síntese dos principais temas abordados, quer nas comunicações produzidas, quer nas recomendações e reflexões apresentadas.

Assim, desde logo foi enfatizado que só um sindicato nacional e único poderá personificar um ponto de viragem nas adversidades com as quais se depara o movimento sindical bancário.

E foi referido não haver desculpa para não ser criado um sindicato de âmbito na-

cional, já que, no atual estágio, o superior interesse dos bancários não estaria a ser devidamente salvaguardado. Na circunstância, é seguro que não há sindicato sem bancários, mas pode haver bancários sem sindicato.

Por este raciocínio, só poderá haver um sindicato forte se for representativo em número e se tiver uma estratégia movida por interesses comuns e partilhados por todos, o que constitui dever e obrigação dos bancários ao votarem por um sindicato nacional, única forma de não ser desvirtuado o movimento sindical.

De resto, também foi considerado que os momentos hoje vividos pelos bancários são de algum modo mais graves do que os que precederam o 25 de Abril, devido a um largo conjunto de circunstâncias, às quais não serão alheias, em concomitância, a carência de jovens no movimento sindical e uma certa letargia que assola os trabalhadores do setor. Quanto aos jovens, foi avançada uma proposta segundo





como deveria ser concretizado o processo de criação do sindicato e SAMS único. De resto, aquela tendência fez a pergunta e deu resposta: "Sindicato e SAMS único? Claro que sim! Mas de uma forma coerente, consistente e sem ligeirizas ou pressas excessivas, normalmente associadas ao insucesso. Relembremos o processo de formação da atual federação e o tempo que foi necessário para a concretizar. Após a Assembleia Geral terá sido dado mais um importante passo no processo de criação do sindicato único. Depois exige-se coragem, mas também prudência e bom senso!" Múltiplas foram as intervenções em torno deste tema. Apenas um congressista pediu rapidez de procedimentos.

### **O SINDICALISMO TEM DE SE REVOLUCIONAR**

Algo parece, outrossim, ter sido dado por adquirido: os sindicatos não podem estar a funcionar como há trinta ou quarenta anos – o sindicalismo tem de se revolucionar, com um SAMS único, propiciatório de mais e melhores participações a nível nacional.

Logo após, surgiu uma recomendação dos Social-Democratas nos Corpos

## e SAMS únicos

a qual, em ordem a cativá-los para o movimento sindical, seja contemplada uma cláusula contratual que não penalize a sua carreira profissional. De resto, este regresso ao pré 25 de Abril encontra-se também plasmado no ataque sem precedentes que a Associação Portuguesa de Bancos está a fazer nas negociações que se encontram em curso para o setor bancário.

### **O FUTURO DO SBN PODERÁ ESTAR EM CAUSA**

Por isso, se cruzarmos os braços e se não nos mobilizarmos para a próxima Assembleia Geral, o futuro do SBN poderá estar em causa.

Quando os congressistas debatiam este ponto, foi apresentada uma recomendação da TSS. Por um lado, apontava a necessidade da criação de uma única estrutura – um sindicato de âmbito nacional – que, com os sindicatos dos segu-

ros, dê finalmente corpo a um desejo de grande parte dos trabalhadores bancários, há muito manifestado, e ao cumprimento das promessas eleitorais de todas as listas concorrentes aos Corpos Gerentes do SBN ao longo de, pelo menos, os últimos quarenta anos, já que a Febase, como estrutura de topo, "se tem manifestado insuficiente para atingir alguns dos objetivos que inicialmente se propunha, fracassando nas propostas, sendo insequente na ação e lenta nas conclusões". Por outro, visava o desiderato da solidez financeira de um SAMS único, que faculte melhores e mais consolidadas regalias na saúde para os bancários e respetivos familiares".

"O caminho faz-se caminhando." Este verso, do poeta andaluz do século XIX António Machado, citado pela reflexão apresentada pela TIDC, acabou por constituir uma das tónicas centrais mais repercutidas no Congresso, refletindo a forma como os participantes viam a celeridade

Gerentes do SBN e no Conselho de Gerência do SAMS, sublinhando cinco pontos fulcrais. O primeiro, apelando à dinamização por parte de toda a estrutura do SBN para a participação maciça dos associados na Assembleia Geral de 3 de março. O segundo acentuava que o SAMS único de âmbito nacional terá de garantir que o nível de prestação de serviços de saúde existentes mantenha a oferta e o custo, alargando-os e agilizando o acesso com rapidez e operacionalidade. O terceiro salientava que o SAMS único terá de implementar uma filosofia de proximidade com cada bancário e sua família, possuir soluções locais e desenvolver um serviço de excelência, de confiança, de eficácia e de prontidão, colocando no centro da atividade a pessoa de cada bancário. O quarto referia que terá de ser promovida uma discussão, o mais alargada possível a todos os sócios do sindicato, sobre a matéria relacionada com o sindicato único, que serão quem, em última análise, decidirão ►

► sobre a adesão ou não do SBN ao novo sindicato que agora se pretende criar, competindo à Direção definir e propor os moldes em que a discussão se deve efetuar. Por fim, sublinhava que terão de ser levados em consideração os problemas relacionados com a gestão e a manutenção do quadro de pessoal do SBN e eventuais implicações que a criação daquela nova estrutura sindical venha a ter na empregabilidade do SBN.

A seguir, foi referido que, antigamente, com o crescimento da economia, apareciam novos bancos. Todavia, com a eclosão da crise financeira internacional, há bancos a fecharem e a encerrarem balcões, “livrando-se dos trabalhadores”, razão pela qual os sindicatos têm de se unir.

### IMPEDIMENTOS À PARTICIPAÇÃO DOS JOVENS

Também foi referido que o principal fator impeditivo de muitos jovens não se encontrarem a exercer a atividade sindical é o facto de, com ela, não progredirem na carreira, mas que, apesar disso, vão dando o seu contributo da forma que lhes é possível.

Por outro lado, foi relevada a circunstância de desde há quatro anos a esta parte terem sido perdidos cerca de dez mil postos de trabalho no setor, que vive agora uma grave crise de confiança e de credibilidade, a qual demorará vários anos a recuperar em ordem a uma estabilização. Esta perda de empregos tem vindo a exigir trabalho escravo aos que ficam. E as reestruturações constituíram pretexto para a definição de políticas que criaram mais dificuldades aos trabalhadores e enfraquecimento das suas estruturas representativas.

E mais uma vez foi glosado o tema – mas no que se refere à criação de um SAMS único: devagar e bem ou depressa e mal? Na oportunidade, foi recordado o caso do Banif – vendido por 150 milhões, quando valeria quatro vezes mais. Daí que será melhor fazer as coisas com segurança, para que não haja arrependimentos. Por isso foi examinado o problema das participações, em que há grandes diferenças dos três sindicatos: “Todas as cartas têm de estar em cima da mesa”, como sejam também o património – em que o do SBN é superior ao dos outros dois – e os trabalhadores do SBN. Ou seja, haverá “muito caminho a percorrer”, sem que subsistam dúvidas da necessidade de ser dado o próximo passo – o da participação na Assembleia Geral de 3 de março, que suscetibilizará a modernização dos estatutos, elaborados há muitos anos, quando a situação político-sindical era totalmente diferente.

Outras intervenções apontaram para a circunstância de os trabalhadores privilegiarem, para formação do processo decisório de filiação em um ou outro sindicato, qual o que melhor defenderá o seu posto de trabalho e lhe conferirá mais qualificado apoio jurídico.

### NENHUM SINDICATO SERÁ HEGEMÓNICO

Tendo sido manifestado receios, por diversos congressistas, de que a concretização do sindicato único provoque perda de influência do SBN, um membro da Comissão de Redação dos Estatutos daquela futura estrutura veio garantir que, podendo haver sindicatos mais fortes, em nenhum caso serão hegemónicos.

Concordou que “a Febase faliu” e que “não tem tido grandes consequências”, mas adiantou que a realidade obriga a uma atempada tomada de decisões, para que posteriormente “não tenhamos de agir em cima do joelho”. Adiantou ainda que “com a nova Direção do Sindicato dos Quadros poderão estar criadas as condições para no futuro eles se integrem também”.

Nessa altura, foi apresentada nova recomendação da TSS, apelando ao voto da Assembleia Geral de 3 de março, com outros argumentos: os associados do SBN – no ativo e na situação de reforma – ganharão massa crítica em tudo quanto constitua situações negociais ou de conflito, ao mesmo tempo que continuarão a ser desenvolvidas a nível regional e local, na nossa atual área geográfica de influência, as mais diversas ações (culturais, desportivas, recreativas, de lazer...) características de um sindicalismo de proximidade.

Mais intervenções, novas abordagens sobre o calendário. É que o momento que estamos a atravessar constitui o resultado de políticas de há longo tempo adotadas pelos bancos. Não aconteceram rapidamente. Estarão agora a “fazer um juste de contas” com o 25 de Abril”, revertendo completamente o que então foi conseguido. Por isso os sindicatos terão de amadurecer também uma estratégia para combater este estado de coisas, o que exige uma reflexão profunda. Nesse sentido, foi considerado que nenhum outro sindicato faz o mesmo acompanhamento aos associados que o SBN. Daí que a temática concernente ao sindicato único seja demasiado séria para ser considerada de ânimo leve, até porque as vantagens de um eventual imediatismo podem fazer perder os ganhos





resultantes da prática adquirida pelo SBN. Nada havendo contra o sindicato único, terá de ser um processo “trabalhado com pinças” e depois de a classe estar muito bem elucidada, inclusivamente a nível do SAMS, área em que existem concorrentes diretos, o que obriga à salvaguarda dos direitos que estão atualmente consagrados para os beneficiários e familiares.

### **“NÃO PODEMOS FICAR A VER PASSAR OS COMBOIOS”**

Sucedem-se os congressistas. “Não podemos ficar no nosso canto a ver passar os comboios”, mas fazer uma negociação com grande sabedoria e sentido de responsabilidade, para que o SBN dela não saia penalizado. “Seria uma pena criar-se um monstro que dê cabo de uma coisa mais pequena mas muito boa.” Por isso há que fazer uma análise o mais exaustiva possível, para que não sejamos acusados de incúria, desprezo pelos associados e pressa desnecessária.

Mas... O nosso País não é assim tão grande quanto isso para ter tantos sindicatos. Tem, sim, de ter mais um, mas apenas para se revelar com uma estratégia reivindicativa mais atuante junto das entidades patronais. Para tal, deve procurar encontrar-se os pontos comuns atualmente existentes entre os atuais sindicatos verticais e respetivos SAMS. Se a Febase foi o primeiro degrau, então que se perceba as razões por que falhou. E, também sim, o SAMS é um dos melhores subsistemas de saúde do país, mas antes terá de se pensar na representação dos trabalhadores.

Na realidade, todas as diferenças a nível das participações são favoráveis ao SAMS/SBN, o que não significa a formulação de juízos de valor sobre a gestão de cada um. Trata-se de critérios. Apenas isso.

O presidente da Direção veio garantir que as reflexões produzidas no Congresso “não cairiam em saco roto” e que serviriam para melhorar ainda mais a atuação do SBN, para o que “terão de contribuir todas as estruturas sindicais”. Nesse sentido, “a credibilidade, a confiança e o prestígio do SBN devem ser conquistados a todos os níveis”. Um apelo: “Se não conseguirmos alterar os estatutos no dia 3 de março, não haverá sindicato nacional...” E uma proposta: “Mas os estatutos deverão abrir-se a todos quantos trabalham nas diversas áreas do setor financeiro.” Porque... “Se conseguirmos, iniciaremos um novo ciclo a Norte.”

Para finalizar o Congresso, o Presidente da MAGCGC, em seu nome pessoal, da Mesa e da COC, deixou a todos os participantes uma calorosa mensagem de incentivo para os trabalhos que se avizinham. ▶

# Recomendações

## **A Direção apresentou quatro recomendações no período de encerramento da Assembleia-Geral**

A primeira continha um voto de reconhecimento pela dedicação, empenho e profissionalismo demonstrados por todos os bancários, nomeadamente pelos sócios do SBN, ajudando as diversas instituições de crédito a ultrapassar e vencer as dificuldades que as atingiram. E exortava o Congresso a recomendar à Direção continuar a luta que tem vindo a protagonizar na defesa dos postos de trabalho e a continuar, quer junto dos órgãos estatais, quer da própria comunicação social, a denunciar todos os atropelos cometidos contra os bancários por parte daqueles que, com grande responsabilidade em toda a crise que fustigou e ainda atinge o setor, descarregam sobre os trabalhadores o pagamento de tal crise, não vendo denunciada e punida as suas responsabilidades.

### **NOVO BANCO**

A segunda solicitava que o Congresso recomendasse que a Direção proceda a contactos com as entidades reguladoras e com o Governo no sentido de os sensibilizar para que na venda do Novo Banco os postos de trabalho sejam salvaguardados, obrigando a entidade adquirente daquela instituição de crédito a mantê-los nos moldes atualmente existentes; que continue a defender os trabalhadores do banco, nomeadamente disponibilizando apoio jurídico ou outros que se tornem necessários para a defesa dos postos de trabalho; e que manifeste àqueles mesmos trabalhadores a solidariedade e o apoio do Congresso pela forma como têm sabido responder aos desafios que lhes têm vindo a ser colocados.

### **BANIF**

A terceira, relativa ao Banif, solicitava que o Congresso recomendasse que a Direção proceda a contactos imediatos com os órgãos governamentais e reguladores do setor a quem cabe a tutela do veículo criado – a Oitante –, no sentido de proceder à sensibilização para a manutenção dos postos de trabalho daquela empresa e, a haver redução, que seja efetuada preferencialmente através de um processo de reformas antecipadas; que informe a Assembleia da República e a Comissão de Inquérito entretanto criada naquele órgão de soberania da disponibilidade para prestar declarações em fase de inquérito, denunciando mais uma vez a forma como a banca se tem comportado e os atropelos cometidos em todos os processos de reestruturação que têm acontecido; que demonstre a todos os trabalhadores do Banif a solidariedade do Congresso para a luta que agora terão de iniciar tendo em vista a defesa dos postos de trabalho; que, de forma pública e pelos meios que julgue necessários, denuncie mais aquele atropelo aos direitos dos bancários, vítimas de políticas prejudiciais aos seus interesses por parte daqueles a quem competia, de forma prudente e responsável, gerirem os bens que lhes eram postos à guarda.

### **ACT**

Por último, solicitava que o Congresso recomendasse que a Direção prossiga as negociações com o Grupo Negociador das Instituições de Crédito, na tentativa de encontrar um acordo que permita ultrapassar as divergências em aberto nas presentes negociações; que, perante o perigo de caducidade da atual convenção, com as consequências legais que a mesma acarreta, as negociações decorram com a celeridade possível, para se evitar aquela situação; que, nas cláusulas ainda em aberto, a posição a defender seja a de aproximar o mais possível as eventuais alterações à atual convenção em vigor; que, antes da assinatura do acordo, tal como é prática da atual Direção se proceda a uma análise e discussão o mais aprofundada possível com toda a estrutura sindical sobre a nova convenção; que se procure e tente, junto da Associação Portuguesa de Bancos, que a nova convenção seja estendida ao maior número possível de instituições de crédito a operar em Portugal, evitando-se assim a existência de situações de distorção e de concorrência desleal. ▶

Protocolos de Cooperação do Programa Escolhas E6G

## Projetos da Jovens Seguros distinguidos

Ao ficar classificada nos lugares cimeiros, a Associação viu reconhecida a sua competência

Texto | Mário Rúbio

A cerimónia de assinatura dos Protocolos de Cooperação do Programa Escolhas E6G realizou-se no dia 18 de fevereiro.

Este programa destina-se a apoiar diversas instituições no desenvolvimento de atividades, entre as quais se destacam a inclusão social, a criação de emprego e o combate ao abandono escolar.

A Jovens Seguros – Associação para o Desenvolvimento Ocupacional viu, uma vez mais, reconhecida a sua competência nas duas candidaturas que apresentou para estes Programas, tendo obtido a aprovação das mesmas.

Acresce ainda que obteve o 1.º e 3.º lugares nas classificações a nível de Lisboa e Região Sul, tendo ficado classificada em 3.º e 5.º a nível nacional.



Momento da assinatura pela Direção da Jovens Seguros

O projeto “Espaço LX E6G irá decorrer na área das freguesias de Santa Maria Maior e de Arroios, em particular nas zonas de Alfama, Mouraria e Intendente. Já o projeto “ReTrocas E6G” é destinado à Freguesia de Benfica, abarcando em particular o Bairro do Calhariz de Benfica (B.º Bom Pastor e B.º Sargento Abílio) e no Bairro da Boavista.

Além do facto de se tratar de projetos de especial enquadramento social, não é possível deixar de considerar dois grandes recursos da Jovens Seguros, no que concerne à criação de emprego, já que estarão assim garantidos, pelo menos durante três anos, cerca de dez postos de trabalho.

Tal importância social justifica um forte apelo a todas as Seguradoras, bem como aos seus colaboradores, para de forma voluntária ajudarem a Associação na concretização de atividades destinadas aos futuros participantes nos projetos, ajuda que se poderá manifestar de muitas formas e sem necessidade de encargos financeiros. ▶

### PARCEIROS

Um profundo agradecimento a todos os Parceiros que ajudaram Jovens Seguros a construir as candidaturas e que, durante a duração destes projetos, irão contribuir para a prossecução dos objetivos propostos.

Parceiros:

- Agrupamento de Escolas da Quinta de Marrocos
- Agrupamento de Escolas de Benfica
- Agrupamento de Escolas Gil Vicente
- Associação de Moradores do Bairro Calhariz de Benfica (AMBCB)
- Associação Recreativa de Moradores e Amigos do Bairro da Boavista (ARMA)
- Associação Juvenil Ponto de Benfica
- Associação Solidariedade Imigrante
- Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Lisboa Centro (CPCJ)
- Instituto Português do Desporto e da Juventude (IDPJ)
- Junta de Freguesia de Arroios
- Junta de Freguesia de Benfica
- Junta de Freguesia de Santa Maria Maior
- Mundo Catita, Ld.ª
- RUTE – Associação de Solidariedade Social
- Sindicato dos Trabalhadores da Actividade Seguradora (STAS)







## STAS realiza **sessões de esclarecimento**

**Clarificar dúvidas sobre o ACT 2016 e evidenciar a importância da sindicalização são os objetivos principais destes encontros com trabalhadores**

Texto | Patrícia Caixinha

**R**etomando o tema da sindicalização e aproveitando a oportunidade congregada pelo primeiro Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) para a atividade seguradora, o STAS tem vindo a promover encontros com os trabalhadores sindicalizados e não sindicalizados, no seio das empresas subscritoras da convenção.

Já em artigos anteriores foi dado a conhecer que além das 38 empresas que inicialmente assinaram o ACT, outras no universo das seguradoras em Portugal (70) já tinham manifestado o seu interesse em aderir à nova convenção, tendo ficado apenas a aguardar a sua publicação em BTE para formalizar a sua intenção.

Até ao momento o ACT foi outorgado por 42 empresas. É neste contexto que surgem as dúvidas e o porquê de um ACT na atividade seguradora e quais as suas implicações na vida dos trabalhadores.

O STAS já marcou presença nas seguintes empresas para sessões de esclarecimento sobre esta temática: Coface; Europ Assistance; Fidelidade (Calhariz, Olaias e Alexandre Herculano); Fidelidade Assistência; Açoreana; Cossec; Lusitânia; Liberty; Allianz Portugal; Ocidental; Ocidental Vida; Zurich Vida e Zurich Insurance.

Nestas deslocações, o Sindicato tem sido confrontado com questões inerentes à escolha que neste momento se impõe sobre qual a convenção que melhor serve os trabalhadores, sendo de referir a forte

afluência dos não sindicalizados às sessões de esclarecimento, com o objetivo de clarificarem as suas interrogações quanto à diferença entre ser e não ser sindicalizado e, como questão de fundo, qual a importância de se ser sindicalizado.

### **GARANTIAS DOS SINDICALIZADOS**

A importância de ser sindicalizado é uma temática implícita em todas as reuniões que o STAS tem promovido, sendo crucial informar que a adesão ao ACT não concede, a quem não é sindicalizado num dos sindicatos subscritores, as mesmas garantias que concede aos respetivos sócios desses sindicatos.

Com efeito, este tema tem sido largamente debatido no seio dos sindicatos, interrogando-se qual a legitimidade de aqueles que não contribuem em nada para a negociação coletiva poderem usufruir do resultado do trabalho dos sindicatos e da quotização dos seus sócios. Que congruência existe no facto de aqueles que não acreditam e não fortalecem nem o sindicalismo nem o poder de atuação dos sindicatos na negociação coletiva poderem optar por algo que resulta do esforço daqueles que acreditam e daqueles que lutam?

A resposta é clara, ou certamente deveria ser.

Assim, como a negociação coletiva está a mudar, e se se estiver atento às alterações que ocorreram nesta última negociação no setor segurador, facilmente se conclui que o *modus operandi* já começou a transformar-se, avizinhandose alterações profundas nesta área. Os moldes da negociação coletiva, existentes até aqui mudaram. O setor segurador conhece momentaneamente a coexistência de duas convenções.

Os trabalhadores são diferenciados em termos pecuniários a curto e longo prazo pelas suas opções. A negociação coletiva

passa a ser diminuída entre as empresas e sindicatos. Surge pela primeira vez na história dos seguros um Acordo Coletivo de Trabalho que introduz algumas inovações contratuais. Discute-se a possibilidade de surgirem Acordos de Empresa no setor. O panorama negociador começou a revelar alterações significativas. E começa-se a questionar o que acontecerá no futuro.

### **RISCO CALCULADO**

A mudança começa com pequenos passos e o primeiro já foi dado.

A introdução no ACT 2016 de uma cláusula diferenciadora para quem é sindicalizado mais do que uma porta aberta para a mudança constitui uma importante conquista dos sindicatos. Quem não é sindicalizado não deve beneficiar das mesmas condições e garantias dos sindicalizados.

Já para não falar do facto de um trabalhador não sindicalizado não poder invocar em tribunal a aplicabilidade, mesmo que a sua empresa lhe aplique o convénio contratual. Se judicialmente e legalmente as convenções coletivas somente são aplicadas a quem é considerada parte legítima das mesmas (o que não sucede a quem não é sócio de um sindicato), qual é então a mais-valia de não ser sindicalizado?

São questões como estas que o STAS tem lançado aos trabalhadores que participam nas sessões de esclarecimento. Há sempre uma escolha que depende da consciência de cada um. Há quem prefira jogar pelo seguro, há quem prefira sentir-se seguro. O risco calculado e as consequências das suas escolhas certamente serão fatores de ponderação na decisão de cada um.

O STAS continuará as suas deslocações às empresas, prestando todos os esclarecimentos e ajudando a clarificar todas as questões que sejam colocadas. ■



# A tirania dos Currículos

**Há uma certa injustiça na forma como o currículo é usado no mercado de trabalho e no recrutamento**

Texto | D. S. T.

**N**um certo dia de primavera, numa segunda-feira solarenga, o Ex.º Sr. Diretor José Carlos (nome fictício) sentou-se à mesa no seu escritório para iniciar mais uma produtiva semana de trabalho. Na secretária, adornada com os múltiplos pré-

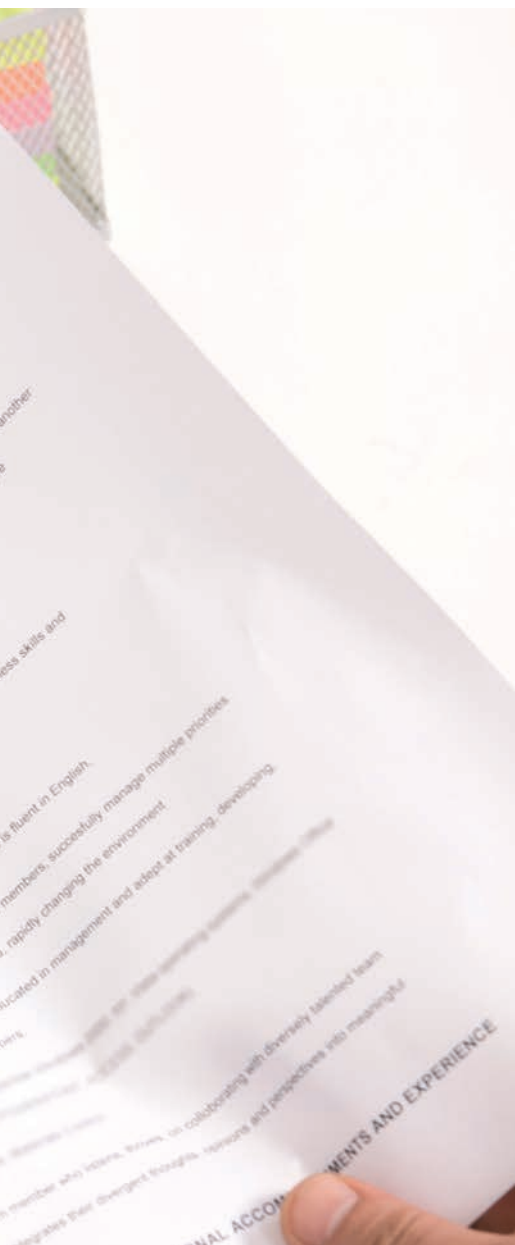
mios e comemorações que a sua empresa recebeu ao longo de uma carreira com quase vinte anos, estavam duas pastas. As pastas continham um currículo cada, candidaturas espontâneas ao primeiro emprego para ingressar num estágio não remunerado na empresa do Sr. Diretor, com a eventual oportunidade de serem aceites no quadro permanente da empresa.

Pegando nos currículos, o Sr. Diretor lembrava com saudade a forma que ele conseguiu o seu primeiro emprego. Um rapaz franzino de onze anos, com a quarta classe feita, a oferecer-se como aprendiz de sapateiro e, sem timidez, a pedir ao mestre sapateiro para o ensinar. Agora, nos tempos

que correm, a sua caixa de correio era mais uma no percurso mensal em que os jovens deste País distribuem currículos, como se fossem náufragos numa ilha deserta a arremessar garrafas com mensagens dentro, à espera que alguém os resgatasse da ilha do desemprego.

Ao folhear o primeiro currículo, o Sr. Diretor constatou como este era impressionante, com uma autora com vários pós-doutoramentos e pelo menos três anos de experiência de trabalho num estágio, também este não remunerado, num laboratório de renome a "esterilizar falcons" e a "expeditar as operações no biotério", seja lá isso o que for.





O segundo contudo era um currículo muito diferente do primeiro. Chamar-lhe modesto seria desonesto, pois o autor só tinha um certificado de habilitações dotado de notas medianas, seis anos de ensino superior sem conclusão, um curso técnico tutorado pelo IEFP e nenhuma experiência de trabalho tangível.

Fosse como fosse, na semana seguinte o Diretor precisava de alguém para pôr selos nas suas cartas, e entre os dois currículos ele só podia escolher um e descartar o outro. E a escolha certa era mais que óbvia.

Qual a moral desta pequena história? Cabe ao leitor de decidir. Há uma certa in-

justiça na forma como o currículo é usado no mercado de trabalho e no recrutamento, e a minha história só apresenta anedoticamente o problema.

## UBIQUIDADE

A ubiquidade do currículo como carta introdutória, uma invenção que diz-se que foi criada por Leonardo Da Vinci no século XV, que escreveu e endereçou um dos primeiros currículos da história a um tal Ludovico Sforza, o Duque de Milão. Esta carta, altamente citável, descrevia detalhadamente todas as competências de Da Vinci, que, como é conhecimento de todos, estas competências eram inúmeras, muitas mais do que um mero mortal deveria ter.

Pois é certo que muita coisa mudou nestes últimos quinhentos anos, e resumir todas as competências de uma pessoa em duas folhas de papel há muito que perdeu a legitimidade. John Fleischauer, especialista em recrutamento e capital humano, diz que os currículos não são mais que folhas de papel, com milhares de pontos imprimidos em sucessão nelas: eles não dizem nada sobre o passado de quem os escreveu, e não revelam nada sobre o seu futuro.

Mas quem eram as duas pessoas que enviaram os seus currículos para a secretária do Sr. Diretor? Quais as suas motivações, os seus sonhos, as suas qualidades pessoais? Quem sabe. Mas seria a Doutorada em Biologia Animal, que passou três anos da sua vida a lavar com sabão azul e branco utensílios de laboratório e a alimentar os ratos brancos do biotério a troco do nome dela ser referenciado num artigo científico ou outro, a candidata ideal a um trabalho de secretária? E o jovem que foi forçado a um curso de Direito pelos pais, ambos advogados, quando a sua paixão era as artes, a pintura e a matemática e como consequência exaustou seis anos da sua vida num curso no qual nunca teve capacidades ou interesse para concluir? Deveria ele ter referido no seu currículo que ele e os seus 142 de QI sinalizados e a sua polivalência autodidata seriam uma mais-valia para a empresa? Provavelmente não. Há quinhentos anos, este jovem podia ter-se chamado Leonardo e talvez teria submetido o seu currículo ao Duque de Milão, e não ao Sr. Diretor.

## TALENTOS

Continuando o meu raciocínio, como parte do meu percurso académico na

Faculdade de Psicologia, dei certo dia comigo à porta do anfiteatro principal da Faculdade. Psicologia do Trabalho, Recursos Humanos e Organizações, dizia o tosco horário afixado à porta. Para meu horror, o que se seguiu foram sessenta e quatro horas de curso onde, resumidamente, me explicaram que o meu único propósito no mercado de trabalho, a minha *raison d'être*, era estar ao dispor, ser utilizado e descartado pelas corporações e empresas ao seu belo prazer e ter que adaptar-me à volatilidade das funções que um dia desempenharei. Estabilidade de emprego? Isso era antes, pois os tempos mudaram e o relógio não volta atrás.

As empresas em recrutamento apon-tam que há falta de talento no mercado de trabalho. Que os candidatos ideais são raros e muitos não possuem as competências necessárias para as funções com vaga disponível. É jocosa a forma como os anúncios para vagas em certas empresas, as mesmas que se queixam desta misteriosa falta de novos talentos, pedem requisitos ridículos, como por exemplo: três anos de experiência em funções semelhantes mais o equivalente a seis anos de formação específica na área.

Este é o paradigma do mundo de mercado, estranhamente, onde certas empresas esperam que os seus futuros colaboradores recebam formação noutras empresas, e que estas não tenham a sensatez de manter anexadas a si o seu investimento na formação destes novos talentos. Ou pior, que estes novos talentos mantenham a sua vida suspensa durante os nove ou mais longos e preciosos anos precisos para conseguirem ter os requisitos mínimos para garantir que alguém do departamento dos Recursos Humanos dessa empresa olhe mais do que três segundos para o seu currículo.

Num mundo ideal, na perspetiva do que é ideal para um mundo distópico onde o corporativismo é soberano, uma empresa poderia dirigir-se a um supermercado e levantar os seus trabalhadores, escolhidos a dedo e com todas as qualificações e mais algumas que a empresa precisa no momento.

Mas enfim, já estou a divagar, acontece. Deixo-lhe com a seguinte sugestão, caro leitor: se um dia se vir deparado com o cenário de ter dois ou mais currículos na sua secretária e dever decidir entre um ou outro, procure pensar que o que tem na mesa são pessoas, e não folhas de papel. Deixo ao critério de cada empresa como recrutar os seus colaboradores, mas às vezes o talento encontra-se nas pessoas mais inesperadas. ▀



## Surfcasting

# Vítor Malheiros triunfa na Figueira da Foz

**O vencedor por equipas foi o BPI, ao conquistar o segundo, terceiro e quarto lugares**

A primeira prova para o apuramento regional da modalidade de Surfcasting do SBC decorreu no dia 5 de março, na Figueira da Foz, e contou com a participação de 14 atletas.

As condições meteorológicas para a prática da modalidade apresentaram-se, de início, muito negativas, com muito frio, grande corrente e vagas de 2,5 metros,

tendo vindo a piorar a partir do meio da prova, salvo a temperatura, que se tornou mais agradável.

Apesar desta contrariedade, que numa prova com estas características influencia a pesca propriamente dita, quase todos os pescadores tiraram peixe, tendo havido, portanto, poucas grades.

As espécies mais tiradas foram os robalos e alguns sargos.

O pescador menos azarado foi Vítor Malheiros, do Millennium bcp, que se classificou em primeiro lugar, seguindo-se Pedro Veiga, do BPI, Rui Prata, igualmente do BPI, Rui Nunes, também do BPI, Francisco Manata do BPI e António Cascão do Novo Banco.

Por equipas triunfou o BPI, tendo arrancado o segundo, terceiro e quarto lugares.

A próxima e última prova de apuramento para o IX Campeonato Nacional Interbancário de Surfcasting realizar-se-á na Vila de São Martinho do Porto, em substituição do local inicialmente previsto, a praia sul da Nazaré, em virtude das más condições marítimas e climáticas que se preveem.

Os resultados desta prova, conjuntamente com os da primeira, definirão os seis primeiros classificados que irão representar o SBC na final nacional, que se disputará na área do SBSI, em 24 de setembro, no Alentejo litoral, concretamente na cidade de Vila Nova de Santo André. ■

## King

# José Silva à frente após a primeira jornada



**Desta vez cumprem-se duas jornadas para apurar os representantes do Sindicato à final nacional**

A primeira jornada da modalidade de King para apuramento dos representantes do SNC à final nacional teve lugar no dia 30 de janeiro, nas primitivas instalações do SBC.

Pela primeira vez, este ano o torneio regional de king disputar-se-á em duas jornadas, pelo que a segunda terá lugar no dia 27 de agosto, finda a qual serão apurados os nossos três representantes à final nacional, que este ano se realizará em Ponte de Lima, nos próximos dias 22 e 23 de outubro.

Este ano, não só os participantes jogarão todos entre si, como há uma alteração na metodologia da classificação, sendo atribuídos 5 pontos ao primeiro classificado, 3 ao segundo, 2 ao terceiro e 1 ao quarto.

No final desta jornada a classificação ficou assim ordenada: José Silva encabeça a classificação, com 17 pontos; Ernesto Oliveira, 14 pontos; Guiné Cardoso, 11 pontos; Sequeira Mendes, 9 pontos; Manuel Seabra, 8 pontos; José Louro, 7 pontos; e Vieira Ascenso, 6 pontos.

A final nacional juntará aos nossos três representantes, mais oito jogadores do SBSI e cinco do SBN. ■





<42

# 1º ENCONTRO JOVENS BANCÁRIOS DO SBC

PENELA, 27 a 29 de Maio 2016



sibace.pt





# Programa de Páscoa

**3 dias/2 noites**

## **SEXTA-FEIRA | 25 | 03 | 16**

20h00 – Jantar servido à mesa, com entradas, sopa, bacalhau com broa, doce ou fruta.  
22h00 – Projeção de filme. Alojamento.

## **SÁBADO | 26 | 03 | 16**

8h30/10h00 – Pequeno-almoço Bufete.  
Manhã e tarde livres.  
Possibilidade de visitar a região (Dornes, Lago Azul, Vila de Rei), desfrutar da zona envolvente, sala de jogos (damas, xadrez, cartas, matraquilhos, ping pong) e possibilidade de jogar ténis - Pavilhão Gimnodesportivo.  
20h30 – Jantar servido à mesa com entradas, sopa, vitela estufada, mesa de doces e frutas variadas. Grande noite de Animação com o DUO MUSICAL NOVA ONDA. Alojamento

## **DOMINGO | 27 | 03 | 16**

8h30/10h00 – Pequeno-almoço Bufete.  
10h00 – Passeio Pedestre de 3Km - facultativo.  
12h00 – Feira de produtos regionais.  
13h00 – Almoço de Páscoa servido à mesa com entradas, sopa de peixe, leitão à Ferreirense, mesa de saladas variadas, mesa de doces e frutas.  
Fim do Programa de Páscoa.

### **PREÇOS:**

Quarto duplo – € 170.

Quarto single – € 105.

Quarto triplo – € 235.

### **Preço especial para Crianças:**

Até 5 anos – grátis

Dos 6 aos 9 anos – € 35

A partir dos 10 anos – € 60

Obs.: Todas as refeições são acompanhadas por vinho regional, sumo, cerveja, água e café

Telef.: 249360200 | fax: 249360290

[centroferias.formacao@sbsi.pt](mailto:centroferias.formacao@sbsi.pt)

**SÓCIOS do SBSI | FEBASE e SINDICATOS da UGT**

Este Programa só se realiza com mínimo de 40 participantes

Informação importante: N 39°45.978' W 8°19.001' – saída nº22 na A13